



Retribuição Mínima Mensal Garantida em Portugal

**Memorando Complementar ao Relatório de
Setembro de 2011**

13 de Dezembro de 2012

Carla Sá

João Cerejeira

Miguel Portela

NIPE – Núcleo de Investigação em Políticas Económicas
Universidade do Minho

Índice geral

Índice geral	ii
Nota introdutória	1
1. Salário Mínimo Nacional: comparação internacional e evolução recente	2
2. Incidência do Salário Mínimo Nacional	6
3. Actividade e desemprego.....	10
4. Comentários Finais	12
Referências	13

Nota introdutória

Este documento complementa o relatório Retribuição Mínima Mensal Garantida em Portugal realizado em Setembro de 2011 com informação mais recente entretanto tornada disponível, nomeadamente o Relatório Único de 2010 e o Inquérito ao Emprego entre o 3º trimestre de 2011 e o 3º trimestre de 2012.

1. Salário Mínimo Nacional: comparação internacional e evolução recente

A discussão em torno dos efeitos do salário mínimo no mercado de trabalho está longe de estar terminada. De forma resumida, podem dividir-se os argumentos a favor e contra entre aqueles que desejam um nível elevado de salário mínimo, como forma de proteger os rendimentos dos trabalhadores de menores salários, e os que defendem que um salário mínimo muito acima do valor que resultaria de livre funcionamento do mercado de trabalho resultará numa diminuição do emprego e conseqüente aumento do desemprego.

Nesta secção procede-se à comparação internacional entre níveis de salário mínimo nacional dos países da OCDE e sua relação com a desigualdade salarial. Faz-se também a comparação entre a evolução do salário mínimo em Portugal (adiante SMN) e os salários hora praticados no setor privado. Os dados disponíveis permitem-nos concluir o seguinte:

- O SMN em Portugal é baixo em termos internacionais, sendo, em 2011, o segundo mais baixo da zona EURO (apenas a República Eslovaca apresenta um valor inferior). Espanha apresenta um valor do salário mínimo hora 32% mais elevado que o observado em Portugal em 2011 (Figura 1).

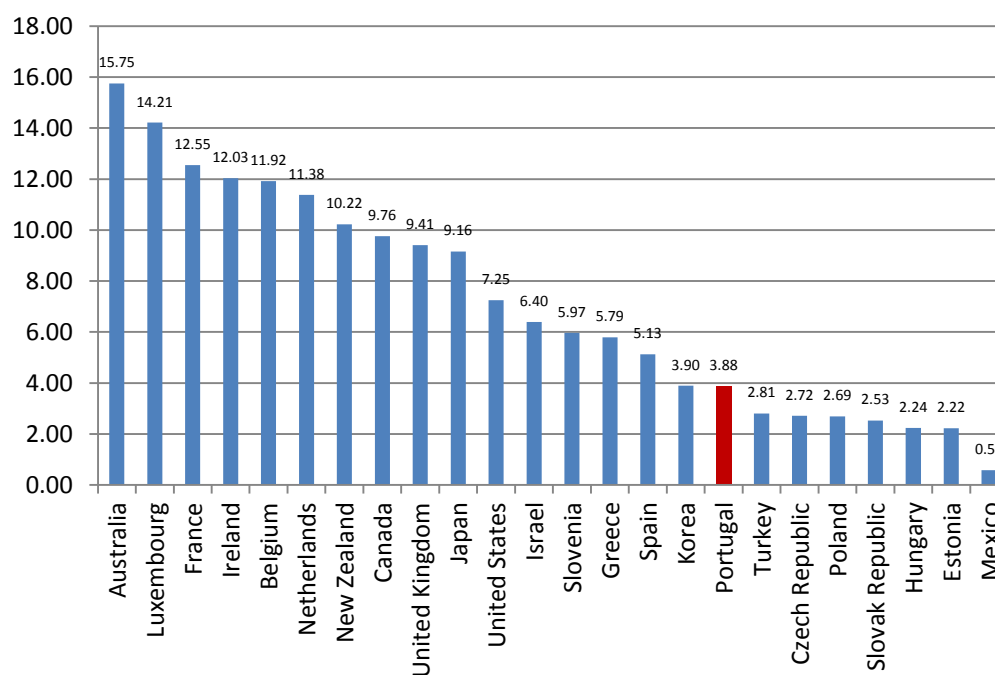
- O SMN observou um crescimento real superior ao dos salários do setor privado no período de 2006 a 2011, embora neste último ano o crescimento real tenha sido negativo em ambos os casos (diminuição de 3,74% no salário/hora do setor privado e de 1,50% no SMN). Em 2009 a diferença foi superior a dois pontos percentuais. A não atualização do SMN de 2012 inverteu a tendência verificada, observando-se no 3º trimestre, em termos acumulados, uma diminuição real do salário hora no setor privado de 0,43% contra uma diminuição real do SMN em 2,66% (Figura 2).

- Apesar do SMN ser baixo, em termos europeus, o rácio entre o salário mínimo e o salário mediano (também designado de Índice de Kaitz) é dos mais elevados da Europa: apenas três países da UE (França, Eslovénia e Letónia) apresentam valores superiores (Figura 3). Já no que respeita ao rácio salário mínimo/salário médio, a posição de Portugal

é semelhante à média dos países considerados na análise (Figura 4). Isto deve-se ao facto do salário médio estar relativamente distante do salário mediano devido à dispersão salarial existente na metade superior da distribuição.

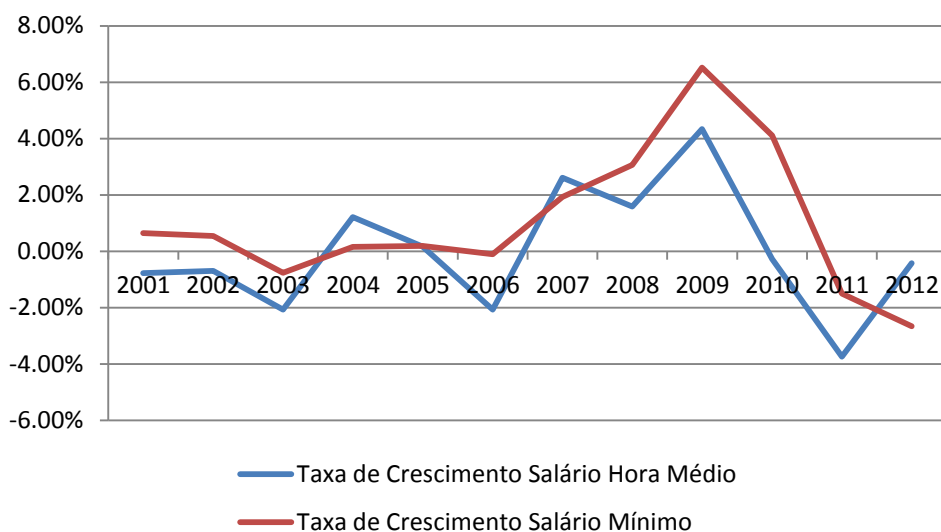
- Portugal apresenta uma distribuição salarial atípica, caracterizada por uma forte compressão salarial na primeira metade da distribuição, medida pelo rácio entre o decil 50 e decil 10 (apenas Suécia e Bélgica apresentam valores inferiores), e a mais elevada desigualdade na segunda metade da distribuição salarial da Europa, aferida pelo rácio entre o decil 90 e o decil 50. Esta distribuição atípica resulta do crescimento do salário mediano não ter acompanhado o crescimento do salário mínimo resultante do acordo de concertação social de 2006 (Figura 5).

Figura 1: Salário mínimo hora. OCDE 2011 (em USD).



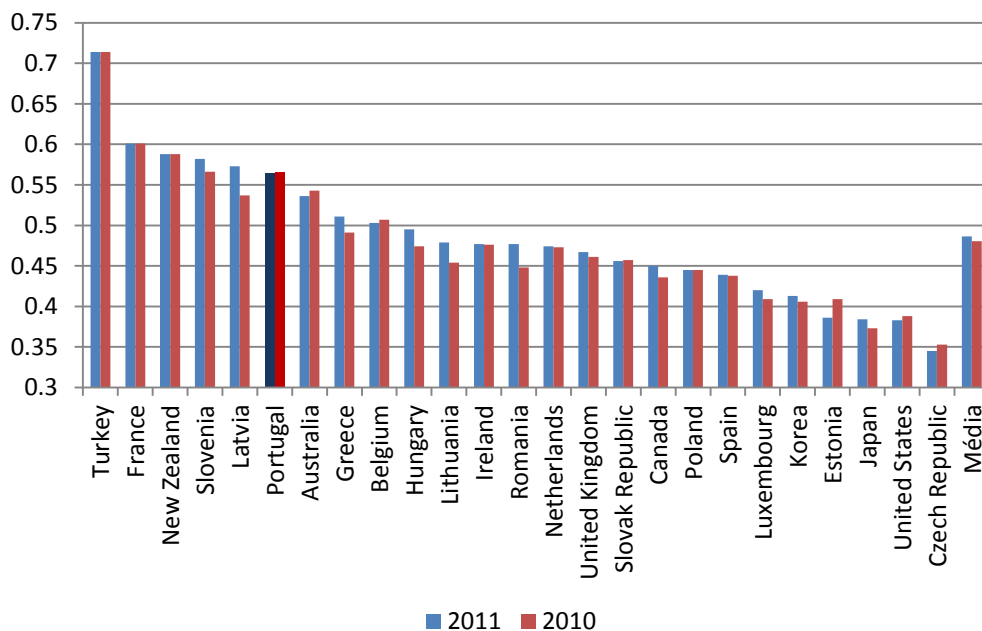
Fonte: OECD.Stat Extracts, Dataset: LFS - Real hourly minimum wages (extraído a 09/12/2012, 22:56 de <http://stats.oecd.org/>).

Figura 2: Taxas de crescimento real do salário hora médio (setor privado) e salário mínimo.



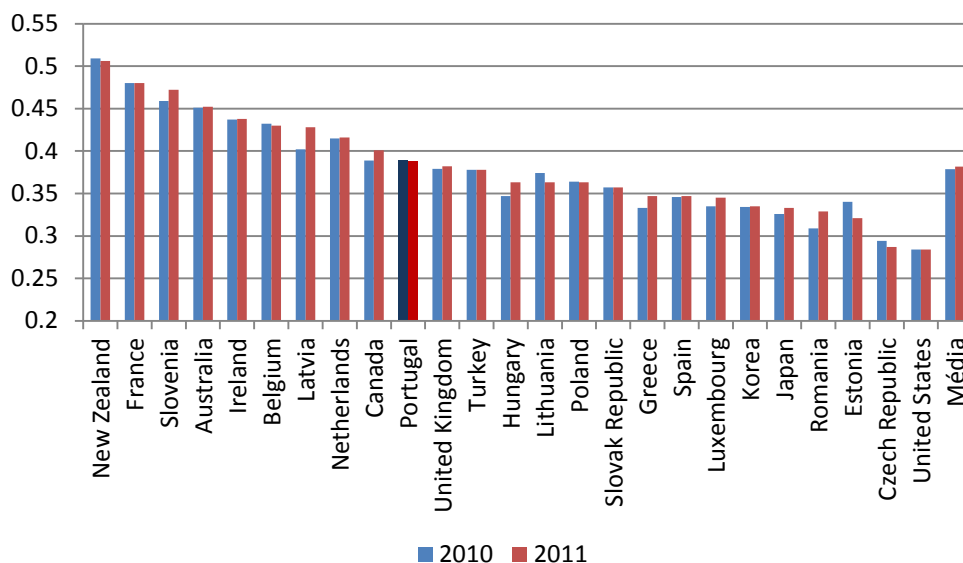
Nota: Os valores de 2012 referem-se ao final do terceiro trimestre.
 Fontes: a) Salário Hora Médio: OECD.Stat Extracts, Dataset: Hourly Earnings (MEI) (extraído a 10/12/2012, 22:27 de <http://stats.oecd.org/>).
 b) IPC, para taxa de crescimento real: OECD.Stat Extracts, Dataset: Consumer Prices (MEI) (extraído a 10/12/2012, 15:59 de <http://stats.oecd.org/>).
 c) Taxas de crescimento: cálculos próprios.

Figura 3: Salário mínimo / Salário mediano. OCDE - Trabalhadores a tempo completo.



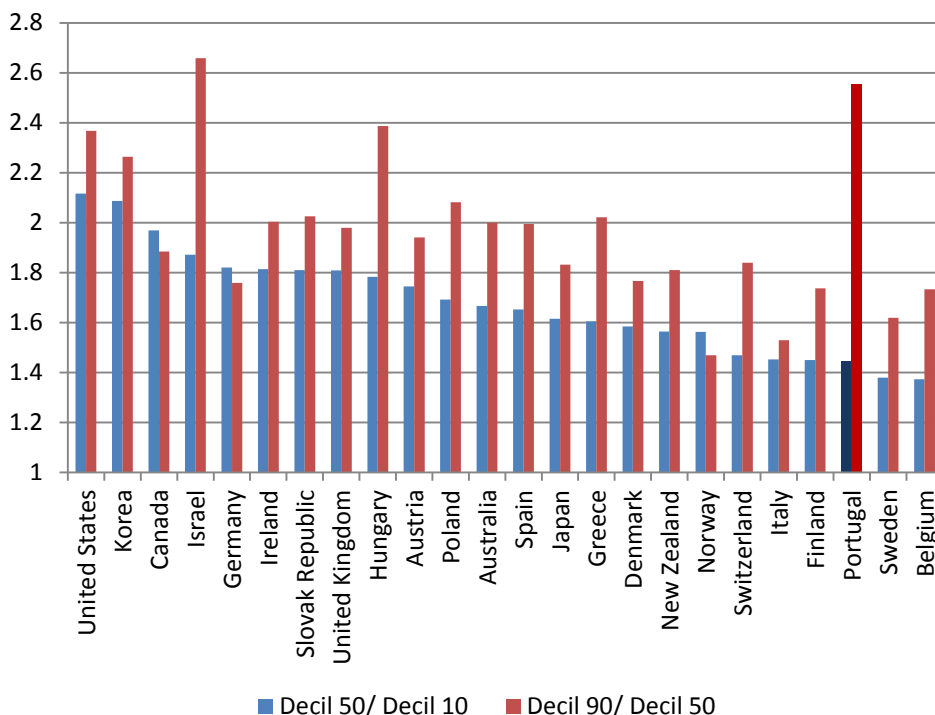
Fonte: OECD.Stat Extracts, Dataset: LFS - Minimum relative to median wages of full-time workers (extraído a 09/12/2012, 22:46 de <http://stats.oecd.org/>).

Figura 4: Salário mínimo / Salário médio. OCDE - Trabalhadores a tempo completo.



Fonte: OECD.Stat Extracts, Dataset: LFS - Minimum relative to median wages of full-time workers (extraído a 09/12/2012, 22:46 de <http://stats.oecd.org/>).

Figura 5: Dispersão salarial: Rácios entre decis. OCDE - 2010 Trabalhadores a tempo completo.

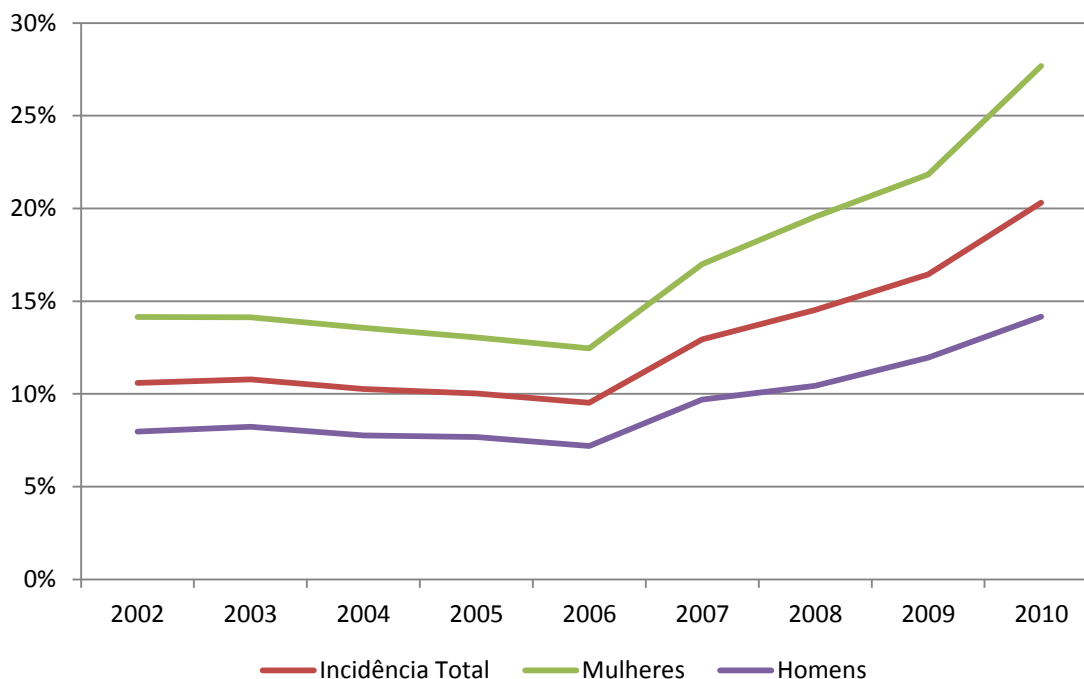


Fonte: OECD.Stat Extracts, Dataset: LFS - Decile ratios of gross earnings (extraído a 09/12/2012, 22:27 de <http://stats.oecd.org/>).

2. Incidência do Salário Mínimo Nacional

No sentido de avaliar a incidência do SMN utilizamos a informação dos Quadros de Pessoal para o período de 2002 a 2009 e do Relatório Único para o ano de 2010. Esta amostra, abarcando um período de 9 anos, diz respeito aos trabalhadores por conta de outrem no setor privado. Observando a Figura 6 concluímos que a incidência de trabalhadores a auferir o SMN aumentou quase 10 pontos percentuais (pp) entre 2002 e 2010, ultrapassando os 20% em 2010. Este valor é particularmente acentuado no caso das mulheres: em 2010 mais de uma em cada quatro mulheres com emprego auferia o SMN.

Figura 6: Incidência de salário mínimo: total e por gênero

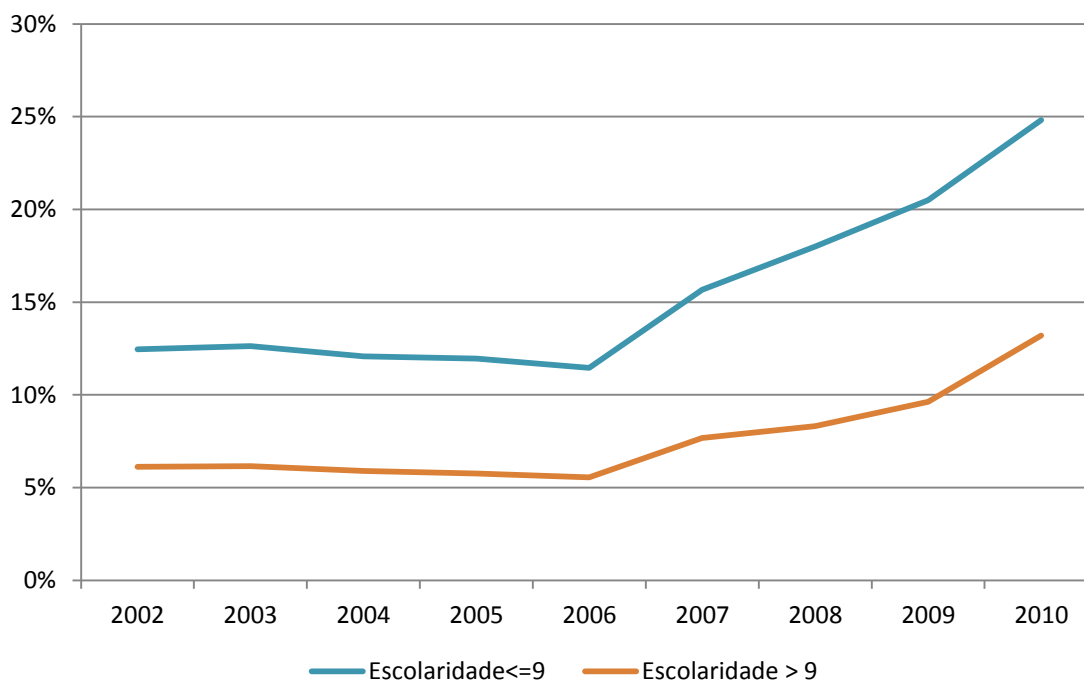


Fonte: Quadros de Pessoal, 2002-2009; Relatório Único, 2010.

Fazendo a repartição da incidência por nível de escolaridade, Figura 7, concluímos que os trabalhadores com escolaridade igual ou inferior ao 3º ciclo do ensino básico apresentam em 2010 uma incidência de SMN de 25%, o que corresponde a um aumento de cerca de 12 pp face a 2002. Este aumento foi particularmente pronunciado desde 2006. Embora a

um ritmo menos acentuado, os trabalhadores com escolaridade mais elevada também registaram na 2ª metade do período em análise um aumento da incidência do SMN, não ultrapassando, contudo, os 13% em 2010.

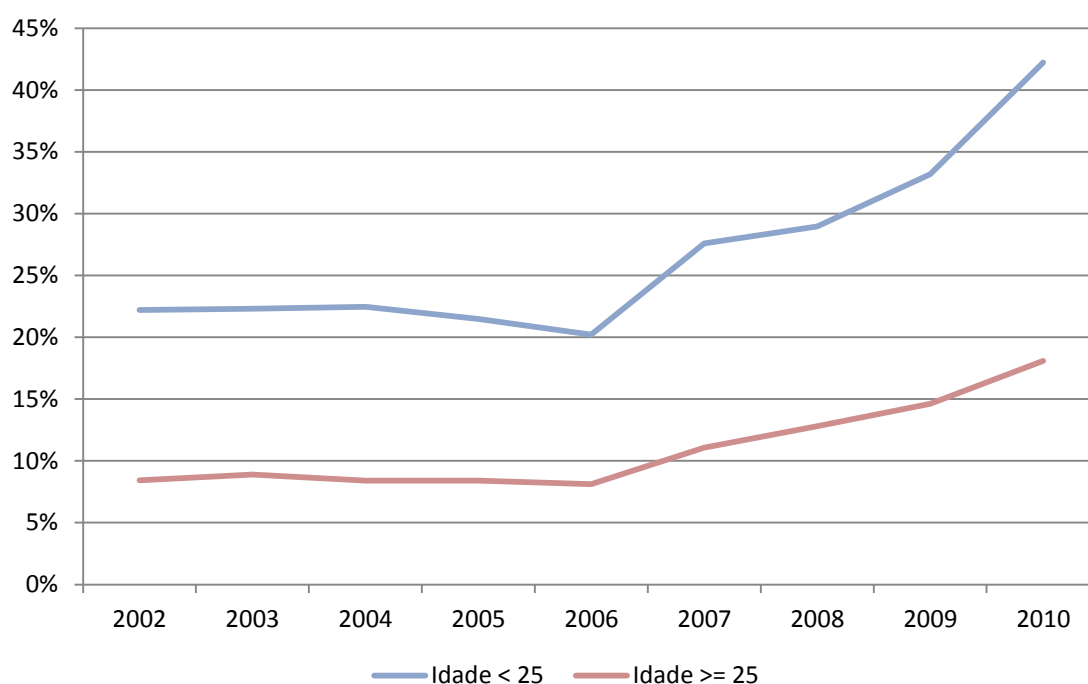
Figura 7: Incidência de salário mínimo: por escolaridade



Fonte: Quadros de Pessoal, 2002-2009; Relatório Único, 2010.

Quando a análise é feita por escalão de idades, entre os que têm menos de 25 anos, e os que têm 25 ou mais anos, a incidência de desemprego torna-se particularmente acentuada para o grupo dos mais jovens. Neste caso, a incidência deste fenómeno passa de cerca de 22% em 2002 para mais de 42% em 2010, o que corresponde a um aumento de 90% em menos de uma década. No grupo dos trabalhadores mais velhos, o aumento registado entre 2002 e 2010 foi de 10 pp, correspondendo, contudo, a um aumento de 114% (a incidência de SMN para os trabalhadores com 25 ou mais anos era de 18%, em 2010).

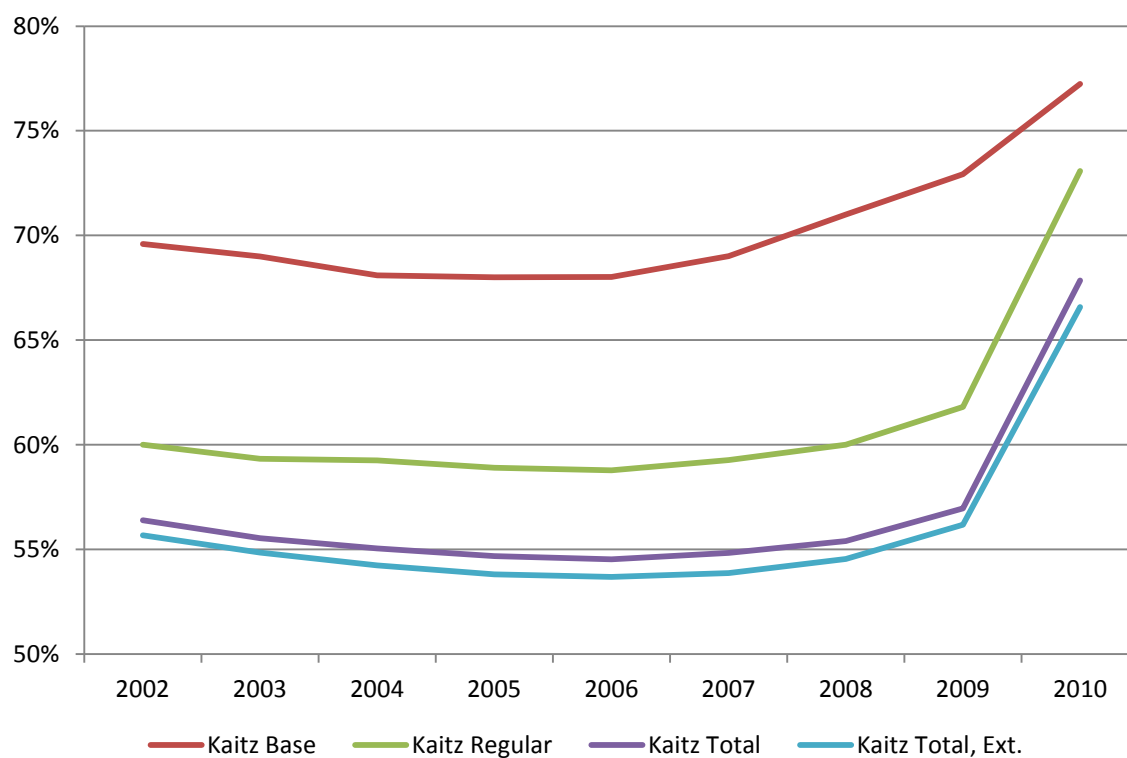
Figura 8: Incidência de salário mínimo: por idade



Fonte: Quadros de Pessoal, 2002-2009; Relatório Único, 2010.

Por último, importa avaliar a posição relativa do valor do SMN na distribuição salarial. Um indicador usual sugerido na literatura para medir o efeito do salário mínimo na distribuição salarial é o Índice de Kaitz (rácio entre o valor do salário mínimo e a mediana da distribuição salarial de um dado grupo de ativos). Quanto mais próximo este índice estiver da unidade, maior será o impacto de um aumento do salário mínimo sobre os salários do grupo em causa. A Figura 9 ilustra a evolução deste índice para diferentes definições de salário para o período compreendido entre 2002 e 2010. Focando a atenção no Kaitz Base, calculado a partir da distribuição da remuneração base, observamos uma ligeira redução do SMN face ao salário base mediano entre 2002 e 2005, sendo que entre 2006 e 2008 ocorre um ténue aumento desse rácio. Para os anos de 2009 e 2010 o índice de Kaitz regista um aumento muito significativo, ultrapassando os 77% em 2010. Este valor é claramente superior aos valores de referência internacionais.

Figura 9: Índice de Kaitz: 2002 - 2010

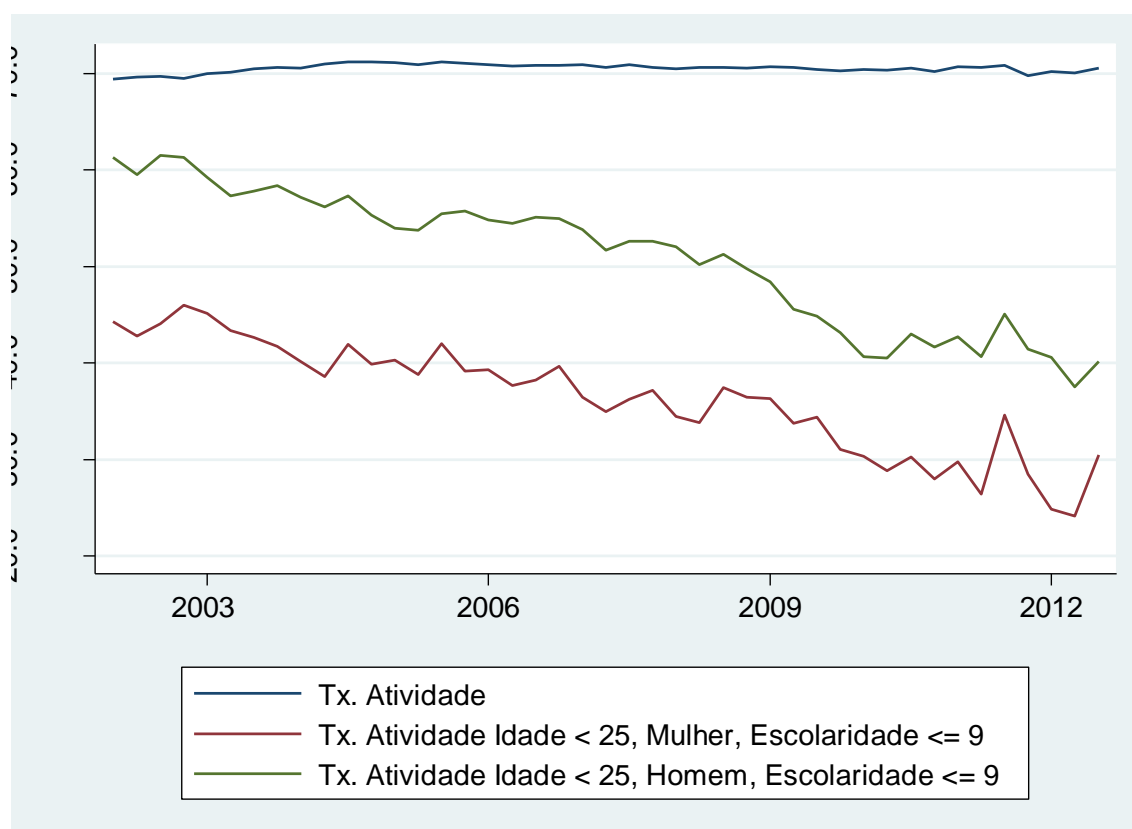


Fonte: Quadros de Pessoal, 2002-2009; Relatório Único, 2010.

3. Atividade e desemprego

A partir dos dados do Inquérito ao Emprego disponibilizados pelo INE para o período compreendido entre o 1º trimestre de 2002 e o 3º trimestre de 2012 construímos as Figuras 10 e 11. Atente-se que na análise que se segue utilizamos os dados originais, sem ter em conta os ponderadores disponibilizados pelo INE. A nossa amostra contém um total de 43 trimestres, ao longo de 11 anos, correspondendo a 331724 pessoas inquiridas. No total a amostra contém 1220450 observações.

Figura 10: Taxas de atividade

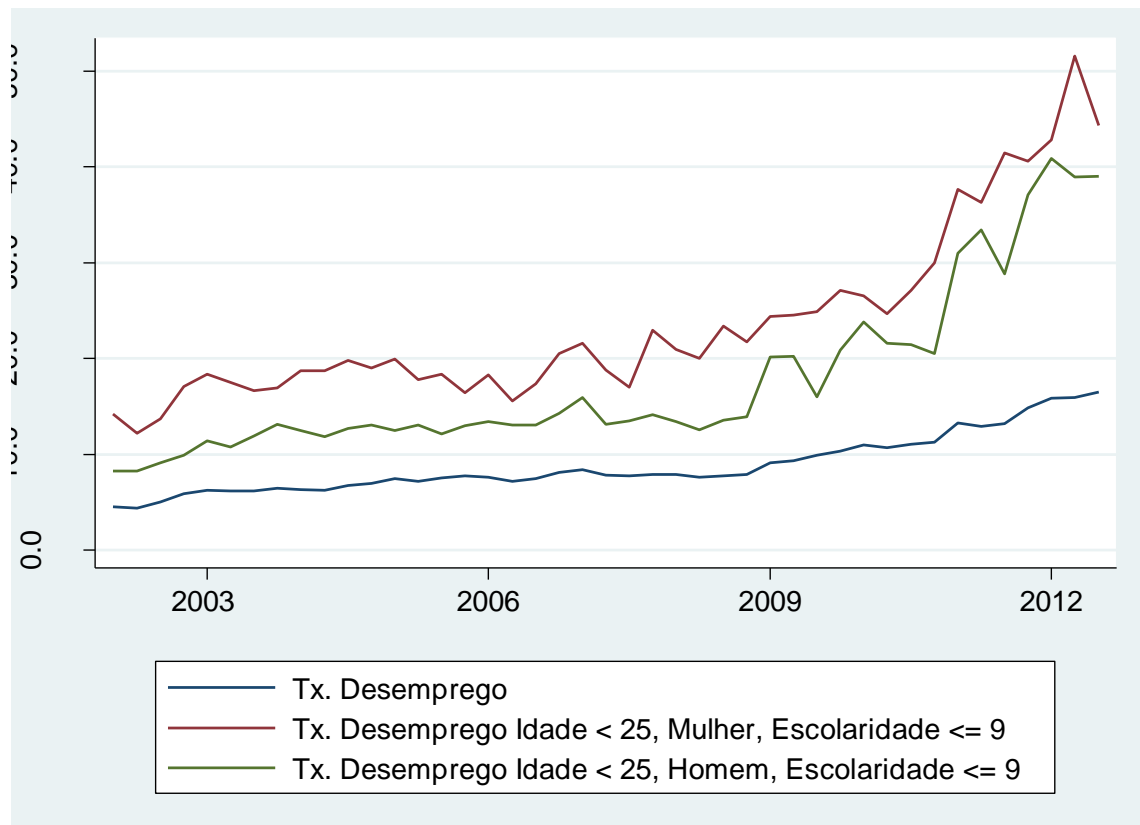


Fonte: Inquérito ao Emprego, 2002-2012.

A partir da Figura 10, e para a amostra em causa, observamos que a taxa de atividade agregada é estável em torno dos 70%. O que é aqui relevante destacar é o facto de, para

os grupos com maior incidência do SMN, indivíduos com menos de 25 anos e com escolaridade máxima correspondente ao 3º ciclo do ensino básico, essa taxa de atividade ter decaído ao longo do período em análise de forma significativa. Nesta década a quebra na taxa de atividade foi de cerca de 20 pontos percentuais (pp) para os homens e de mais de 15 pp para as mulheres.

Figura 11: Taxas de desemprego



Fonte: Inquérito ao Emprego, 2002-2012.

Olhando para as taxas de desemprego, Figura 11, concluímos que estas registaram um aumento mais pronunciado para os grupos com maior incidência do SMN, em particular no caso das mulheres.

4. Comentários Finais

Apesar de não haver consenso na literatura económica, quer do ponto de vista teórico quer do ponto de vista empírico, a experiência recente da introdução ou subida do salário mínimo em alguns países (Nova Zelândia, Reino Unido e EUA) parece indicar que os efeitos sobre o emprego serão muito reduzidos ou até inexistentes, podendo mesmo ser positivos, quando o salário mínimo representa um valor inferior a 50% do salário mediano.

O aumento do SMN em Portugal verificado no período 2007-2011 não foi acompanhado por um aumento correspondente dos salários localizados na parte intermédia da distribuição salarial. Este facto fez com que Portugal apresente uma distribuição salarial atípica, com uma forte compressão na primeira metade da distribuição salarial e uma elevada desigualdade na segunda metade da distribuição.

Nos últimos anos, verificou-se um forte aumento do desemprego, nomeadamente do desemprego nos grupos com maior incidência do salário mínimo. Apesar de não podermos apresentar o crescimento do SMN como a única causa para este aumento, o “Estudo sobre a Retribuição Mínima Mensal Garantida em Portugal” de 2011 concluiu que os aumentos observados contribuíram para esta evolução do desemprego.

Os dados estatísticos mais recentes não nos permitem concluir por uma inversão desta tendência, em particular até ao ano de 2011. O Índice de Kaitz e a incidência do SMN calculados com base no Relatório Único, com referência ao ano de 2010, indicam um acentuar da tendência dos anos imediatamente anteriores. Há, no entanto, indícios que esta tendência tenha estabilizado nos anos de 2011-2012, com base na informação da OCDE, no que diz respeito ao crescimento dos salários e à evolução da desigualdade salarial. Porém, quer a taxa de atividade, quer a taxa de desemprego dos grupos com maior incidência do SMN (mulheres jovens com escolaridade ao nível do ensino básico) mantêm um andamento negativo.

Referências

- Allegretto, Sylvia A., Arindrajit Dube, e Michael Reich (2011). *Industrial Relations*, 50(2): 205-240.
- Butcher, Tim, Richard Dickens e Alan Manning (2012). “Minimum Wages and Wage Inequality: Some Theory and an Application to the UK.” CEP Discussion Paper No 1177, Centre for Economic Performance: Londres.
- Carneiro, Anabela, Carla Sá, João Cerejeira, José Varejão, Miguel Portela (2011). Estudo sobre a Retribuição Mínima Mensal Garantida em Portugal. Relatório final.
- Dolton, Peter e Chiara R. Bondibene (2011). “An Evaluation of the International Experience of Minimum Wages in an Economic Downturn”. Mimeo.
- Dube, Arindrajit, T. William Lester e Michael Reich (2010). “Minimum Wage Effects across State Borders: Estimate Using Contiguous Counties.” *The Review of Economics and Statistics* 92(4): 945–964.
- Hirsch, Barry T., Bruce E. Kaufman e Tetyana Zelenska (2011). “Minimum Wage Channels of Adjustment.” IZA Discussion Paper 6132, IZA: Bona.
- Kizilca, Kemal, João Cerejeira, Miguel Portela e Carla Sá (2010). “Minimum Wage, Fringe Benefits, Overtime Payments, and the Gender Wage Gap”. NIPE Working Paper 34/2010.
- Manning, Alan (2012). “Minimum Wage: Maximum Impact,” Resolution Foundation.
- Metcalf, David (2007). “Why Has the British National Minimum Wage Had Little or No Impact on Employment?” CEP Discussion Paper No 781.
- Neumark, David e William L. Wascher (2011). “Does a Higher Minimum Wage Enhance the Effectiveness of the Earned Income Tax Credit?” *Industrial and Labor Relations Review*, 64(4): 712-746.